



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

239

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 27708-5/01 - Recife

Agravantes: Guararapes Diesel S/A e outros

Agravado: Banco Meridional do Brasil S/A

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

R
5469

EMENTA: CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. POSSIBILIDADE. SÚMULA 93/STJ. LIMITAÇÃO DE JUROS A 12% AO ANO. AUSÊNCIA DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. LIMITAÇÃO APLICÁVEL ÀS CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL. COBRANÇA DE JUROS MORATÓRIOS. POSSIBILIDADE, DESDE QUE LIMITADOS A 1% (UM POR CENTO) AO ANO. CORREÇÃO MONETÁRIA. POSSIBILIDADE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO COM JUROS REMUNERATÓRIOS, MORATÓRIOS, CORREÇÃO MONETÁRIA E MULTA CONTRATUAL. COBRANÇA DE MULTA CONTRATUAL. POSSIBILIDADE. ARTIGO 52, §1º DO CDC. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO DE AGRAVO A QUE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. 1) Nos termos da Súmula 93, do Superior Tribunal de Justiça, é possível a capitalização mensal de juros nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial 2) Os artigos 5º, da Lei n. 6.840/80, e do Decreto-lei 413/69, conferem ao Conselho Monetário Nacional o dever de fixar os juros a serem praticados nas cédulas de crédito comercial. Não havendo limite fixado, prevalece o entendimento de que é aplicável o parâmetro disposto na Lei de Usura, qual seja, a vedação da cobrança de juros em percentual superior ao dobro da taxa legal (12% ao ano). 3) Ainda de acordo com a jurisprudência do STJ, em caso de inadimplência das Cédulas de Crédito Rural, Industrial ou Comercial, a instituição financeira está autorizada a cobrar a taxa de juros remuneratórios, limitada a 12% ao ano, elevada de 1%, a título de juros de mora, além de multa de 2% (para o pacto celebrado após a vigência da Lei 9.298/96) e correção monetária, sendo inexigível a cobrança de comissão de permanência.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a **QUINTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 27708-5/01 - Recife

Agravantes: Guararapes Diesel S/A e outros

Agravado: Banco Meridional do Brasil S/A

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto por **Guararapes Diesel Ltda. e outros** contra decisão terminativa desta relatoria que, nos autos da Apelação Cível nº 27708-5, deu provimento ao recurso interposto pelo Banco Meridional do Brasil S/A e provimento parcial ao apelo da Guararapes Diesel S/A, Carlos Joubert Guedes de Miranda e Aloísio Guedes de Miranda, por não estar a sentença apelada em conformidade com entendimento predominante deste Tribunal de Justiça.

Na referida terminativa, modifiquei os termos da sentença, para *"determinar que a taxa de juros remuneratórios, limitada a 12% ao ano, possa ser elevada de 1%, a título de juros de mora, além de multa contratual de 2% e correção monetária, sendo inexigível a cobrança de comissão de permanência, mantendo, no restante, o "decisum" recorrido em seus demais termos."* (fls. 180 do apelo).

Contra essa decisão, os agravantes propõem o presente recurso de agravo, em que renovam os argumentos lançados no Apelo e pedem a reforma da decisão monocrática para que seja dado provimento ao seu recurso.

Não convencido de mudança no entendimento anteriormente esposado, submeto à apreciação desta Corte a insurgência recursal.

É o relatório.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

241

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 27708-5/01 - Recife

Agravantes: Guararapes Diesel S/A e outros

Agravado: Banco Meridional do Brasil S/A

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

A decisão agravada, no trecho em que interessa ao julgamento do presente recurso, encontra-se vazada nos seguintes termos (fls. 177/180 da Apelação Cível):

"1) Recurso do Banco Meridional do Brasil S/A - fls. 108/112: Como dito no relatório, o Banco Meridional do Brasil S/A, em seu apelo, requereu a reforma da sentença para o fim de ver permitida a capitalização mensal de juros, conforme pactuado pelas partes, com a inversão do ônus sucumbencial. No ponto, ao vedar a capitalização mensal de juros, entendo que não agiu com acerto o magistrado. Acerca do anatocismo, ou capitalização de juros, a jurisprudência reconhece a existência de tratamentos distintos para sua ocorrência, ora negando sua possibilidade, ora permitindo, seja mensal, semestral ou anualmente. Permite que ocorra a capitalização dos juros, por exemplo, nas operações de cartão de crédito (AgRg no REsp 1047712/RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2008, DJe 08/08/2008; AgRg no Ag 953.299/RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/02/2008, DJe 03/03/2008; AgRg no REsp 773.792/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, em 28/03/2006, DJ 22/05/2006 p. 215; AgRg no REsp 683.462/RS, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, em 28/06/2005, DJ 15/08/2005 p. 329.) e nas operações materializadas em cédulas de crédito rural, comercial e industrial (conforme Súmula 93 do STJ). Tal compreensão pode ser obtida através da leitura dos seguintes arestos: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - OMISSÃO - INOCORRÊNCIA - REVISÃO DE CONTRATOS EXTINTOS PELA NOVAÇÃO - POSSIBILIDADE - LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS - INADMISSIBILIDADE - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS - PRÉVIA PACTUAÇÃO - COBRANÇA - POSSIBILIDADE, NOS CONTRATOS FIRMADOS APÓS A EDIÇÃO DA MP Nº 1.963-17 - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - LICITUDE NA COBRANÇA - REPETIÇÃO DO INDÉBITO - PROVA DO PAGAMENTO EM ERRO - DESNECESSIDADE - SÚMULA 322/STJ - AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. [...]. 2. [...] 3. [...]. 4. [...]. 5. Quanto à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula nº 93/STJ. Com a



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

242

edição da MP 1.963-17, de 30.03.2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001), passou-se a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que haja previsão contratual. 6. No concernente à comissão de permanência, é lícita a sua cobrança após o vencimento da dívida, devendo observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa de juros contratada para o período da normalidade. Destaca-se que a cobrança da comissão de permanência não pode coligar com os encargos decorrentes da mora, como os juros moratórios e a multa contratual. 7. [...]. 8. [...]. 9. [...]. (AgRg no REsp 655.179/RS, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 12/08/2008, DJe 29/09/2008). No caso dos autos, conclui-se que a irrisignação, quanto à possibilidade de capitalização mensal, em se tratando de Cédula de Crédito Comercial, merece prosperar, permitindo-se a sua ocorrência. De ver-se, assim, que o decido pelo magistrado não encontra apoio na jurisprudência dos Tribunais Superiores, pelo que, nesse ponto, deve a sentença ser reformada. 2) Recurso da Guararapes Diesel S.A., Carlos Joubert Guedes de Miranda e Aloísio Guedes de Miranda (fls. 115/128): Os embargantes, ao apelarem, requereram a reforma da sentença para o fim de: "[...] no sentido de que os juros contratuais respeite o limite contido no par. 3º, do art. 192, da vigente Constituição, que é auto aplicável, que sejam excluídos os juros de mora e comissão de permanência, como também qualquer multa, seja contratual ou legal, excluindo-se todas essas parcelas do saldo devedor cobrado na execução. [...]" (fls 128). 2.1. Sobre a limitação de juros: Sobre a limitação dos juros no presente caso, entendo que também agiu com o acerto o magistrado monocrático, ao deixar de seguir a jurisprudência do STJ sobre o assunto, conforme arestos a seguir: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÉDULA DE CRÉDITO RURAL - JUROS REMUNERATÓRIOS - LIMITAÇÃO. 12% A.A. - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - ILEGALIDADE - AGRAVO IMPROVIDO. I - No tocante à limitação da taxa de juros, conquanto na regência da Lei n.º 4.595/64 não estejam os juros bancários limitados a 12% ao ano, as notas de crédito rural, comercial e industrial acham-se submetidas a regramento próprio (Lei nº 6.840/80 e Decreto-Lei 413/69) que conferem ao Conselho Monetário Nacional o dever de fixar os juros a serem praticados. Diante da omissão desse órgão governamental, incide a limitação de 12% ao ano, prevista no Decreto n.º 22.626/33 (Lei da Usura). II - Nos casos de cédulas de crédito rural, industrial e comercial, não se admite a incidência de comissão de permanência, após a inadimplência, sendo permitida, tão-somente, em consonância com o que dispõe os artigos 5º, parágrafo único, e 58 do Decreto-lei n.º 413/69, a elevação dos juros remuneratórios em 1% ao ano, correção monetária e multa contratual. Agravo Regimental improvido. (AgRg no Ag 1118790/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/04/2009, DJe 13/05/2009). Bancário e processo civil. Agravo no recurso especial. Ação revisional. Negativa de prestação jurisdicional. Ausência de prequestionamento. Juros remuneratórios. Limitação. Comissão de permanência. Impossibilidade. - Rejeitam-se os embargos de



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

243

declaração quando ausente omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada. – [...]. – [...]. - Por ausência de deliberação do Conselho Monetário Nacional, a taxa de juros remuneratórios está limitada em 12% ao ano para as cédulas de crédito rural, comercial e industrial. Precedentes. Agravo não provido. (AgRg no REsp 985.334/BA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/02/2009, DJe 17/02/2009). AGRADO REGIMENTAL. AÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL. TAXA DE JUROS. LIMITAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INEXIGIBILIDADE. Nas Cédulas de Crédito Rural, Industrial ou Comercial, a instituição financeira está autorizada a cobrar, após a inadimplência, a taxa de juros remuneratórios, limitada a 12% ao ano, elevada de 1%, a título de juros de mora, além de multa de 10% e correção monetária, sendo inexigível a cobrança de comissão de permanência. Agravo improvido. (AgRg no REsp 804.118/DF, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2008, DJe 12/12/2008). Deve, portanto, a sentença ser reformada para, em reformando o instrumento contratual, limitar a 12% a.a. (doze por cento ao ano) a taxa de juros remuneratórios. 2.2. Sobre o pedido de exclusão de 'juros de mora e comissão de permanência, como também qualquer multa, seja contratual ou legal' A matéria também já se encontra devidamente pacificada no STJ, conforme a leitura dos seguintes arestos: PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. REVISIONAL. AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. JUROS MORATÓRIOS E MULTA DE MORA. LICITUDE DA COBRANÇA. AFASTAMENTO DA MORA. PRESSUPOSTO NÃO EVIDENCIADO. TR. INDEXADOR VÁLIDO. SÚMULA 295/STJ. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. SÚMULA N. 126 STJ. 1. [...]. 2. [...]. 3. A multa de mora é admitida no percentual de 2% sobre o valor da quantia inadimplida, nos termos do artigo 52, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor, com a redação dada pela Lei n. 9.298/96. 4. [...]. 5. A Taxa Referencial é o indexador válido para contratos posteriores à Lei n. 8.177/91, desde que pactuada. 6. [...]. 7. Agravo regimental parcialmente provido. (AgRg no REsp 932.096/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 18/11/2008, DJe 01/12/2008). AGRADO REGIMENTAL. AÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL. TAXA DE JUROS. LIMITAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INEXIGIBILIDADE. Nas Cédulas de Crédito Rural, Industrial ou Comercial, a instituição financeira está autorizada a cobrar, após a inadimplência, a taxa de juros remuneratórios, limitada a 12% ao ano, elevada de 1%, a título de juros de mora, além de multa de 10% e correção monetária, sendo inexigível a cobrança de comissão de permanência. Agravo improvido. (AgRg no REsp 804.118/DF, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2008, DJe 12/12/2008). Pelo que se observa acima, é possível a cobrança de juros moratórios na Cédula de Crédito Comercial, porém limitados a 1% (um por cento) ao ano, além da correção monetária e multa contratual, que deve ser de acordo com as disposições do CDC, em conformidade com as Súmulas 297 ("O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

244

financeiras.") e 285 ("Nos contratos bancários posteriores ao Código de Defesa do Consumidor incide a multa moratória nele prevista."). Dessa forma, é de dar provimento parcial ao apelo. Da conclusão: Ante o exposto, considerando que a sentença encontra-se parcialmente em confronto com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, DOU provimento ao apelo interposto por Banco Meridional do Brasil S/A, ao tempo em que DOU PROVIMENTO PARCIAL ao apelo da Guararapes Diesel S.A., Carlos Joubert Guedes de Miranda e Aloísio Guedes de Miranda, para determinar que a taxa de juros remuneratórios, limitada a 12% ao ano, possa ser elevada de 1%, a título de juros de mora, além de multa contratual de 2% e correção monetária, sendo inexigível a cobrança de comissão de permanência, mantendo, no restante, o "decisum" recorrido em seus demais termos, o que faço com fundamento no art. 557, §1º-A, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco. P. I. R. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao Juízo de origem. Recife, 21 de dezembro de 2009."

De ver-se que os argumentos trazidos pela agravante, neste recurso, às fls. 05, já foram devidamente por mim analisados na terminativa que proferi no Apelo. Não vejo motivos para a reforma da decisão anterior.

Ante o exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso, mantendo integralmente a decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É como voto.


~~Des. Jovaldo Nunes Gomes~~
Relator